DocuSign Envelope ID: EF281758-5028-4297-9AFD-09D41C346567

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada *(Em milhares de Reais)*

11. Intangível:

Imobilizado Custo	Sistema de Informática	Licença Sistema de Informática	Marcas e Patentes	Subtotal
Saldo em 1º de janeiro de 2020	415	3.072	4	**3.491**
Adições	–	244	–	**244**
Baixas	–	(1)	(2)	**(2)**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	415	3.315	3	**3.733**
Adições	–	195	–	**195**
Baixas	(400)	(1.829)	–	**(2.229)**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	1.682	3	**1.699**
Depreciação/Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(415)	(2.586)	(4)	**(3.005)**
Adições	–	(217)	–	**(217)**
Baixas	–	1	2	**2**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(415)	(2.802)	(3)	**(3.220)**
Adições	–	(283)	–	**(283)**
Baixas	400	1.829	–	**2.229**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(15)	(1.256)	(3)	**(1.273)**
Valor contábil em 31 de dezembro de 2021	–	426	–	**426**
Valor contábil em 31 de dezembro de 2020	–	513	–	**513**

12. Fornecedores:

		2021	2020
Saúde			
Fornecedores de materiais e medicamentos	(i)	13.169	14.032
Fornecedores de serviços médicos	(ii)	61	174
Fornecedores de serviços diversos	(iii)	13.780	5.914
Fornecedores de OPME	(i)	27.488	21.086
Fornecedores de serviço de manutenção	(iii)	1.837	1.543
		56.335	42.749
Assistência social			
Fornecedores assistência social		64	20
Atividade sustentável			
Fornecedores de serviços diversos		146	140
Fornecedores de materiais e medicamentos		12	7
		158	147
		56.557	42.916

(i) Insumos médico-hospitalares, como medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais. *(ii)* Fornecedores a pagar relacionados a honorários médicos especializados, como radiologia, laboratório, bancos de sangue, radioterapia e UTI. *(iii)* Serviços diversos relacionados a manutenção de ativos e sistemas; honorários especializados, como advogados, auditorias de processos e consultoria de sistemas; serviços de portaria, vigilância e limpeza, conservação e remoção de resíduos hospitalares.

13. Empréstimos e Financiamentos:

	Taxa de juros nominal	Vencimento	2021 Valor contábil	2021 Até 1 ano	2021 Acima de 1 ano	2020 Valor contábil	2020 Até 1 ano	2020 Acima de 1 ano
HSBC - IPMMI - 626639	5,54% a.a.	15/12/2021	–	–	–	2.262	2.181	81
HSBC - IPMMI - 10650789	22% a.a.	17/01/2022	112	112	–	1.451	1.339	112
Banco do Brasil - IPMMI (i)	3% a.m.	–	–	–	–	1.699	1.699	–
Banco SICOOB CREDICOM - HPIOXII(i)	1,45%a.m	31/01/2020	122	122	–	–	–	–
Banco Santander - HMMKB 7280	24% a.a.	15/03/2022	631	631	–	3.156	2.525	631
SICOOB CREDICOM PIO XII - CONTRATO 851897	20,31% a.a.	15/02/2022	398	398	–	2.750	2.371	379
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 93442-0	3,33% a.a.	15/03/2023	1.710	1.220	490	2.907	1.245	1.662
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 950097	3,33% a.a.	15/06/2023	1.810	1.223	587	3.007	1.351	1.656
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 96525-3	3,33% a.a.	17/07/2023	1.274	818	456	2.004	827	1.177
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 98361-3	3,33% a.a.	15/08/2023	670	410	260	1.002	379	623
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 100089-9	3,33% a.a.	15/09/2023	1.407	823	584	2.004	695	1.309
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 101937-1	3,33% a.a.	15/10/2023	738	446	292	1.002	315	687
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 104992-4	3,96%a.a	15/01/2024	838	419	419	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 109604-6	3,96%a.a	30/09/2022	875	875	–	–	–	–
BANCO UNICRED - HMMKB	2,00%a.m	21/11/2021	668	668	–	–	–	–
UNIMED BH - COVID 19	–	31/12/2021	–	–	–	1.300	1.300	–
BRADESCO SAÚDE - COVID - 19	–	31/03/2021	–	–	–	375	375	–
Credicom - 57342	4% a.a.	17/04/2023	2.681	2.028	653	4.675	2.770	1.905
Credicom - 55517-6	4% a.a.	02/01/2023	2.400	2.200	200	4.800	2.517	2.283
Oncoclinicas	–	–	–	–	–	670	–	670
Unimed Belo Horizonte HMT (ii)	2,79%a.m	31/10/2021	–	–	–	4.000	4.000	–
Banco Itaú S.A.			–	–	–	1.933	400	1.533
			16.334	12.393	3.941	40.997	26.289	14.708
Juros a incorrer			(44)	(44)	–	(690)	(612)	(78)
			16.290	12.349	3.941	40.307	25.677	14.630
Circulante			12.349	–	–	25.677	–	–
Não circulante			3.941	–	–	14.630	–	–

(i) Conta garantida com instituições financeiras. (ii) Refere-se a recursos adiantados associados ao convênio privado que são amortizados mensalmente com base na produção incorrida do Hospital Madre Teresa. As operações de financiamentos têm como finalidade principalmente a aquisição de bens patrimoniais e empréstimos tomados no mercado financeiro para suprir as deficiências de capital de giro. Para mais informações sobre a exposição da Entidade a riscos de taxa de juros, câmbio e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa n° 25. *Garantias oferecidas:* A Administração ofereceu garantias para suas operações de empréstimos e financiamentos, carteira de recebíveis de convênios privados e SUS e aplicações financeiras. *Cláusulas restritivas (Covenants):* Os contratos de empréstimos possuem cláusulas de *covenants* não financeiros. Todas as cláusulas são atendidas pela entidade.

14. Obrigações sociais e trabalhistas:	2021	2020
Provisão de férias e encargos sociais	18.802	16.970
Salários e ordenados a pagar	10.857	9.922
Encargos sociais	3.061	2.803
	32.720	29.695

15. Outras contas a pagar:	2021	2020
Contas a pagar diversas	21.842	9.468
Água e esgoto	41	40
Energia elétrica	411	443
Telefone	31	16
Aluguéis de bens móveis e imóveis	983	1.225
Fornecedores - Acordo	425	543
Consignados	184	154
	23.917	11.889
Circulante	23.917	11.889
Não circulante	4.107	1.783

16. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2021	2020
Cíveis	591	106
Trabalhistas	770	460
	1361	566

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 possuía processos em andamento movidos contra suas filiais. O risco econômico envolvido nesses processos soma o equivalente à R$ 1.361 (R$ 566 em 2020) envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

Saúde

2021	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	106	2.776	(1.404)	(887)	–	591
Trabalhistas	460	835	(362)	(163)	–	770
	566	3.611	(1.766)	(1.050)	–	1.361

Saúde

2020	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	185	181	(216)	(44)	–	106
Trabalhistas	520	1.322	(665)	(717)	–	460
	705	1.503	(881)	(761)	–	566

• **Cíveis -** Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 591 (R$ 106 em 2020) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. As ações de natureza cível versam principalmente sobre erros médicos. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras. • **Trabalhistas -** Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade estava envolvida em reclamações trabalhistas, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 770 (R$ 460 em 2020) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. **Processos com risco de perda possível:** A Entidade é parte envolvida em ações de naturezas cível e trabalhista nos montantes respectivos de R$ 264.708 e R$ 9.568 em 2021 (R$ 221.574 e R$ 8.181 em 2020) que foram classificadas como perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Hospital Casa de Saúde Stella Maris recebeu e foi notificado de processos administrativos abertos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo devido a questionamentos sobre as prestações de contas dos convênios SUS da localidade. A Administração está acompanhando e tomando as ações necessárias esses processos com apoio de seus assessores jurídicos externos. Os valores expostos em 31 de dezembro de 2021 totalizam R$ 197.467 (R$ 146.358 em 2020) com risco de perda avaliado como possível, e encontram-se contidos nos totais expressos **17. Bens públicos em nosso poder:** A Entidade possui bens públicos em seu poder (bens operados em comodato), no montante de R$ 60.881 em 2021 e (R$ 64.912 em 2020), que refere-se a ativos imobilizados e valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina e já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que serão devolvidos a gestão pública quando do término do comodato datado de 24 de janeiro de 1995 com uso real do imóvel por 30 anos para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen.

18. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27c da ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incidentes sobre a receita (COFINS 3% - regime cumulativo). Em janeiro de 2017, conforme Procedimento Comum nº 5000615-45.2016.4.03.6103, foi concedida a imunidade quanto ao recolhimento da contribuição social para o Plano de Integração Social - PIS sobre folha de pagamento, extinguindo assim a obrigatoriedade do recolhimento a partir de fevereiro de 2017; e incidentes sobre o superavit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. **Isenção previdenciária usufruída:** Em atendimento as determinações da Lei Complementar 187, de 16/12/21, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidas fossem, gozadas durante os exercícios de 2021 e 2020.

	2021	2020
COFINS	17.618	14.430
INSS 20% Parte Empresa	37.659	33.060
INSS 5,8% Terceiros	10.921	9.587
INSS 2% R.A.T.	3.766	3.306
INSS 20% Autônomos	584	827
	70.548	**61.210**

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **19. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos superavits e/ou déficits acumulados. Está composto pelos superavits e/ou déficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção dos objetivos sociais da Entidade, seja na ampliação e manutenção de suas instalações ou na prestação de serviços. **20. Receitas operacionais líquidas - saúde, assistência social e atividade sustentável:**

	2021	2020
Receitas Operacionais - Saúde		
Pacientes de convênios	274.246	227.478
Pacientes particulares	31.020	18.117
Pacientes de SUS - Internados	93.121	81.868
Pacientes de SUS - Exames e pronto-atendimento	44.844	41.222
Subvenções e Convênios Públicos	60.604	52.439
Outras Receitas Operacionais	218.519	184.685
	722.354	605.809
Deduções - Saúde		
Rejeição/glosa de convênio	(4.811)	(4.171)
Rejeição SUS	–	(376)
Reembolso a pacientes	–	(17)
Cancelamento de Serviço	–	–
	(4.811)	(4.564)
	717.543	601.245
Receitas Operacionais - Assistência Social		
Contribuições de Asilados	495	465
Subvenções e Convênios Públicos	2.239	2.074
Outras Receitas Operacionais	439	433
	3.173	2.972
Deduções - Atividade Assistencial		
Reembolso de Asilados	–	–
	3.173	2.972
Receitas Operacionais - Atividade Sustentável		
Mensalidade de Clientes	5.221	4.496
Subvenções e Convênios Públicos	120	125
Outras Receitas Operacionais	1.843	1.711
	7.184	6.332
Deduções - Atividade Sustentável		
Reembolso a Clientes	(20)	(5)
	(20)	(5)
	7.164	6.327
Receita - trabalhos voluntários		
Trabalhos voluntários	9	22
	9	22
Totais receitas operacionais líquidas	727.889	610.566

21. Custos e despesas operacionais - saúde, assistência social e atividade sustentável:

	2021	2020
Custos e despesas operacionais - Saúde		
Custo com Pessoal e encargos	216.345	190.320
Serviços de terceiros	145.742	133.040
Despesas gerais	316.270	259.054
	678.357	582.414
Custos e despesas operacionais - Assistência Social		
Custo com Pessoal e encargos	1.903	1.958
Serviços de terceiros	309	383
Despesas gerais	1.144	968
	3.356	3.309
Custos e despesas operacionais - Atividade Sustentável		
Custo com Pessoal e encargos	5.600	5.412
Serviços de terceiros	1.153	921
Despesas gerais	3.327	2.958
	10.080	9.291
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário		
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	9	22
	9	22
	691.802	595.036

22. Remuneração da Administração: A Entidade não remunera sua Diretoria Estatutária nem suas conselheiras, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social e também como determina a Lei Complementar 187, de 16/12/21. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades em conformidade com o artigo 33 do Estatuto Social.

23. Outras receitas e despesas operacionais:	2021	2020
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	5.267	7.219
Atendimentos Gratuitos	(25)	(14)
Outras Despesas	(1.570)	(422)
Depreciação	(15.828)	(13.338)
	(12.156)	(6.555)
Outras receitas e despesas operacionais - Assistência Social		
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	21	52
Depreciação	(71)	(55)
Outras Despesas	–	–
	(50)	(3)
Outras receitas e despesas operacionais - Atividade sustentável		
Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio	146	184
Depreciação	(696)	(673)
Outras Despesas	–	–
	(550)	(489)
	(12.756)	(7.047)

24. Resultado financeiro, líquido:	2021	2020
Receitas financeiras - Saúde		
Rendimento de aplicações financeiras	316	161
Descontos obtidos	998	1.209
Juros de atualização monetária	3.572	71
	4.886	1.441
Receitas financeiras - Assistência Social		
Tarifas bancárias, juros e descontos	–	–
Receitas financeiras - Atividade Sustentável		
Tarifas bancárias, juros e descontos	17	6
	17	6
Total receitas financeiras	4.903	1.447
Despesas financeiras - Saúde		
Juros passivos	(3.204)	(4.989)
Descontos financeiros	(179)	(146)
Tarifas bancárias	(204)	(254)
Outras despesas financeiras	(340)	(235)
	(3.927)	(5.624)
Despesas financeiras - Assistência Social		
Juros passivos	–	–
Tarifas bancárias	(7)	(7)
	(7)	(7)
Despesas financeiras - Atividade Sustentável		
Descontos financeiros	(106)	(91)
Outras despesas financeiras	(5)	(13)
Tarifas bancárias	(8)	(4)
	(119)	(108)
Total despesas financeiras	(4.053)	(5.739)
Resultado financeiro, líquido	850	(4.292)

25. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, subvenções governamentais e outras contas a receber. ***Exposição a risco de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	24.178	31.733
Contas a receber	78.845	52.439
Subvenções governamentais	17.688	24.752
Outras contas a receber	199	245
	120.910	109.169

• **Caixa e equivalentes -** A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa. • **Contas a receber e subvenções governamentais -** O risco de crédito é gerenciado pelos contratos ou convênios com órgãos governamentais, contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios, além de taxas de inscrições; por prestação de serviços no segmento assistencial, principalmente, mensalidades de serviços de moradia, hospedagens. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possui provisão estimada para crédito de Liquidação duvidosa, no montante de R$ 1.361, calculada em função da política adotada durante o ano de 2021 e considerada suficiente frente aos seus riscos. • **Outras contas a receber -** O risco de crédito de outras contas a receber é a incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco, muitas vezes, possuindo garantias e/ou depósitos. **b. Risco com taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira, consubstanciada pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **c. Risco de taxa de juros:** A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades e de determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data-base de 31 de dezembro de 2021, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 9,15% cenário provável para o ano de 2022. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	23.319	23.318	23.318
Taxa anual estimada do CDI	9,15%	2,28%	4,57%
Efeito anual no caixa líquido	2.134	532	1.066

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Nota	2021 Valor contábil	2021 Até 1 ano	2021 01-02 anos
Fornecedores	12	56.557	56.557	
Empréstimos e financiamentos	13	16.290	6.636	9.654
		72.847	63.193	9.654

	Nota	2020 Valor contábil	2020 Até 1 ano	2020 01-02 anos
Fornecedores	12	42.916	42.916	—
Empréstimos e financiamentos	13	40.307	25.677	14.630
		83.223	68.593	14.630

e. Política de gestão de riscos: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **f. Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia de valor justo	2021	2020
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	861	1.549
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	23.319	30.183
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	78.874	52.439
Subvenções governamentais	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	17.688	24.752
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	199	245
Passivos financeiros	**Classificação**		**2021**	**2020**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	56.557	42.916
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	16.290	40.307
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Nível 2	28.024	13.672

(i) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: **- Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **- Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **- Nível 3 -** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como nível 2. **26. Voluntariado:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu no exercício de 2021 o trabalho voluntário pelo valor justo, contabilizado como gratuidade concedida e serviços voluntários obtidos, em contas de resultado nos seguintes grupos: receitas operacionais e custos e despesas operacionais. Segue quadro com os valores contabilizados, por tipo de atividade, no exercício de 2021:

	2021 Receita	2021 Custo	2020 Receita	2020 Custo
Saúde	9	(9)	22	(22)
	9	(9)	22	(22)

27. Gratuidades concedidas: Assistência social: A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, possui serviço socioassistencial de alta complexidade inscrito no município de São José dos Campos, cuja filial apresenta anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação. Segue abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

	2021	2020
Total de usuários	69	86

Saúde: A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) em 60%, fixado pela **Lei Complementar 187, de 16/12/21**, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:

Saúde	2021	2020
Diário paciente dia		
Atendimentos SUS	170.393	144.431
Não SUS	96.487	85.221
Atendimentos ambulatoriais		
Atendimento SUS	969.324	1.312.165
Não SUS	301.643	267.849
Resumo geral SUS		
	2021	**2020**
Participação pacientes dia	63,85%	62,89%
Ambulatório - Lei 12.101/2009 e Art. 19 da Portaria 834/2016	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias - Lei 12.101/2009 e Art. 20 da Portaria 834/2016	4,50%	4,50%
Percentual de atendimento SUS	**78,35%**	**77,39%**

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2021 foi de 78,35% (77,39% em 2020), atendimento superior ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. **Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** A Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seus pedidos de renovação e recurso de decisão para a CEBAS, estando em conformidade com o preconizado **Lei Complementar 187, de 16/12/21**. **28 Informações qualitativas:** A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela **Lei Complementar 187, de 16/12/21**, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, nas áreas de sua atuação, saúde e assistência social, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada triênio, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação. **29. Outras informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores. **30. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2021 e 2020.

Vilma Marlene de Andrade - Presidente do Conselho de Administração

Euler de Paula Baumgratz - Diretor Executivo

Izilda de Abreu - Contadora - CRC 1SP 185338/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do **Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação da documentação contábil relativa ao período de Janeiro a Dezembro do ano de 2021 efetuando a análise da Prestação de Contas da Diretoria inerente as atividades de natureza econômica e financeira, elaborou o presente relatório, com a missão do PARECER, a ser submetido à Assembleia Geral. **Relatório: 1 - Da Documentação Contábil:** A documentação contábil nos foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de receitas e despesas, bem como dos respectivos balancetes, livros Diário e Razão, e extratos bancários. Na análise dos documentos não encontramos qualquer irregularidade, posto que estão em conformidade com os registros contábeis, não havendo nenhuma ressalva a ser feita. **2 - Da Movimentação Financeira Mensal - 2021:** Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos, mês a mês, estando todos em perfeita ordem. **3 - Parecer:** Com base no acima exposto, este Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral a **Aprovação** do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis do **Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada,** relativos ao exercício social de 2021, posto que representam adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Entidade.

São José dos Campos, 11 de abril de 2022

Irmã Adriana Aparecida Honório dos Santos - Conselheira

Irmã Nilda da Silva - Conselheira

Irmã Terezinha Pereira Bicalho - Conselheira

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Presidente, Vice-presidente e Conselheiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Conforme o parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade. As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório datado de 31 de março de 2021, não continha ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na el